

Estado, políticas de comunicação e transformações na América Latina

Dênis de Moraes

O RESGATE DO ESTADO REGULADOR

Nos últimos anos, o cenário político da América Latina começou a modificar-se com as vitórias de presidentes que pregaram nas campanhas eleitorais transformações econômicas e socioculturais: Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Daniel Ortega na Nicarágua, Tabaré Vázquez no Uruguai, Michelle Bachelet no Chile e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil.

As mudanças vieram no bojo de mobilizações e protestos sociais, particularmente na Bolívia, no Equador e na Argentina, contra a degradação da vida social em consequência de políticas econômicas neoliberais, que agravaram a concentração de renda e beneficiaram o capital financeiro internacional. A América Latina continua sendo uma das regiões mais desiguais do mundo. Segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), 194 milhões de pessoas (36,5% da população) vivem em situação crítica. A pobreza absoluta – renda inferior a US\$ 1 por dia – atinge 78 milhões de pessoas (13,4% do total).¹ Ao mesmo tempo, a região, com 560 milhões de habitantes, é uma das mais rentáveis ao escoamento de bens e serviços multimídias. As projeções da consultoria PricewaterhouseCoopers para o quadriênio 2004-2008 indicam aumento de 6,3% nas receitas de informação e entretenimento, podendo chegar a uma taxa de 8,5% em 2010.² Este resultado tem a ver também com a ausência de legislações antioligopólicas, favorecendo a expansão de conglomerados nacionais e transnacionais.

Para a ascensão de governos progressistas³, contribuíram o isolamento da política externa de George W. Bush na região e o surgimento de lideranças políticas que catalisaram o descontentamento popular. Os compromissos com modelos inclusivos de desenvolvimento procuram dissolver uma das idéias-força do neoliberalismo: a determinação de reduzir tudo o que é nacional para fazer transbordar tudo o que é transnacional, com a conversão do Estado em aparelho administrativo das classes e do bloco de poder dominantes, subordinado à globalização das forças produtivas (Ianni, 2004:56-57).

O que se propõe agora é a recuperação do Estado como “expressão de uma correlação de forças, um espaço institucional e ético-político que costuma ser

conquistado e ‘usado’ pelos sujeitos em seus movimentos para avançar rumo à supremacia, à dominação política. Deste ponto de vista, o Estado é uma referência fundamental. Sem ele, teríamos somente ‘lutas de interesses’, estado de natureza e guerra de todos contra todos” (Nogueira, 2004). Trata-se de resgatar o valor do Estado como espaço ético-político de regulação, o que importa reconhecê-lo como esfera institucional de mediação de interesses, a partir de concepções que intentam resguardar o domínio público.

Percebem-se dois blocos de governos na América Latina. O primeiro é composto pela Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), integrada por Venezuela, Bolívia, Equador, Cuba, Nicarágua e Dominica. Estes países reorientam agendas e ações que priorizam o combate às desigualdades sociais e almejam a integração econômica fora do circuito liderado pelos Estados Unidos.

Com diferenças laterais de enfoques, Atilio Boron (2007b), Emir Sader (2008) e Claudio Katz (2008) identificam em Chávez-Morales-Correa uma concepção semelhante de Estado ético-político que configura um eixo de poder nacionalista e comprometido com a construção de outra hegemonia, anticapitalista e antineoliberal.

O segundo bloco caracteriza-se por contradições, entre intenções reformistas e políticas econômicas que mantêm a lógica financeirizante e acatam as razões dos mercados.

Boron assim distingue os blocos:

“A diferença que há entre Evo Morales e Lula é que o mandatário boliviano está assentando as bases de um processo que tende a debilitar a presença do capitalismo na Bolívia, recuperando os hidrocarbonetos e introduzindo recortes muito significativos à sua capacidade de gestão e organização. Coisa que não está fazendo o presidente brasileiro. Quanto a Lula, por mais que tenha uma trajetória de esquerda e seja um homem de origem popular, a verdade é que as políticas que pôs em prática favorecem e aprofundam o modelo neoliberal. Em contraste, Chávez está organizando bases populares, iniciando processos de reforma agrária e urbana, estabelecendo uma política muito forte de controle das mudanças. Podem me dizer que não são políticas revolucionárias. Mas quando Lênin desapropriou terras na Rússia, e o mesmo fez Fidel em Cuba, a reforma agrária não era uma bandeira socialista, e sim uma bandeira própria da revolução democrático-burguesa, e isso o dizem todos os teóricos do marxismo. A idéia da partilha da terra não equivale a socialismo, simplesmente é um ponto de ataque ao que são a estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista. Quem faz um reformismo sério assenta as bases para um processo revolucionário. Então, se a revolução é um processo, o que é importante é ver quais são o rumo e a orientação que estão tomando os diferentes governos de América

Latina. E o rumo que estão tomando Chávez, Evo e Correa é muito diferente aos de Lula, Bachelet, Tabaré Vázquez ou Kirchner na Argentina” (2007b).

O desenho de um horizonte pós-neoliberal na América Latina teve como marcos não somente as vitórias eleitorais e as exortações de Chávez pelo “socialismo do século XXI”, como também as nacionalizações promovidas por Evo Morales na Bolívia. José Luís Fiori (2007:258) ressalta, que, em um primeiro momento, as medidas de Morales pareciam destinadas a reerguer o frágil sistema fiscal boliviano.

“Mas, depois, foi ficando claro que se tratava de uma ruptura mais profunda e estratégica com o passado neoliberal da Bolívia, e um anúncio do novo projeto do ‘socialismo do século XXI’, que seria proposto, alguns meses depois, na Venezuela pelo presidente Hugo Chávez. E eis que, de repente, não mais que de repente, acabou a mesmice e rompeu-se a ‘concertação por antagonismo’ entre a ‘mão invisível’ neoliberal e a ‘esquerda pasmada’. Goste-se ou não, foi assim que ressurgiram, na América do Sul, a palavra e o projeto socialista.”

Some-se o triunfo de Néstor Kirchner na queda-de-braço com o Fundo Monetário Internacional, em dezembro de 2004, que resultou no deságio de 25% no pagamento da dívida externa argentina e abriu outro patamar de negociação, sem subserviência aos credores.

FORMAS POSSÍVEIS DE INTERVENÇÃO

Chávez, Morales e Correa são ostensivos na rejeição ao predomínio da mídia na vida social. Na abertura do V Encontro Mundial de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade, realizado em maio de 2007 na cidade boliviana de Cochabamba, Evo Morales criticou a mercantilização da informação e disse que jornalistas e intelectuais devem ajudar o governo a criar “consciência popular sobre a importância de os meios de comunicação defenderem os valores da vida, e não os valores do capital, do egoísmo e do individualismo”.

Embora haja distinções entre os projetos de comunicação dos governos citados, há consenso de que a concentração da mídia nas mãos de um pequeno grupo de corporações precisa ser enfrentada com providências que resultem em descentralização dos meios de divulgação e equanimidade nos acessos ao conhecimento e às tecnologias, bem como na geração, distribuição e circulação de conteúdos não contaminados pela mercantilização.

Está em questão valorizar os meios de difusão, as artes e o patrimônio cultural como partes da continuidade identitária que permitem o exercício das diferenças e a participação individual e coletiva na arena pública. Ao propor tal enfoque, Néstor

García Canclini (2005) considera decisivo incrementar a produção cultural numa época de alta competitividade, inovações incessantes e concentração econômica transnacional. A seu ver, devem ser valorizadas políticas que gerem subsídios para uma produção alternativa, plural e não mercantil.

Essa perspectiva associa-se à exigência crucial de marcos regulatórios e soluções técnicas que respondam às peculiaridades de cada sociedade, opondo-se à comercialização lucrativa ou a subordinação a gostos internacionais massivos. Significa recusar a concepção neoliberal de cultura como negócio rentável, cujo efeito colateral é ignorar direitos sociais e comunitários, acentuando privilégios e discriminações.

É essencial a interferência do poder público, visto que a comunicação se projeta como área estratégica tanto para a formação de consensos sociais quanto para a soberania nacional, o desenvolvimento sustentável, a integração regional, a cooperação internacional e a diversidade.

Diversidade pressupõe revitalizar o contraditório, confrontar pontos de vista, debater as interseções entre progresso, técnicas e tecnologias. Diversidade se assegura com trocas horizontais entre as culturas de povos, cidades e países. Diversidade se alcança com o acesso do conjunto da sociedade a múltiplas abordagens sobre os acontecimentos. Enrique Bustamante (2002) adverte que a diversidade não pode ser entendida apenas como multiplicidade de produtos e serviços oferecidos pelo mercado, porque engloba “pluralismo de expressões criativas e ideológicas (...), o contraste e equilíbrio entre práticas culturais e dinâmicas diferentes, como o serviço público, o mercado, o terceiro setor (associativo, sem afã de lucro)”. E completa:

“A diversidade, em suma, como grande nó que enfeixa ao mesmo tempo as garantias necessárias à identidade cultural de uma nação e, de modo definitivo, à democracia mesma, junto com as condições indispensáveis à reprodução harmônica daqueles setores industriais e mercados sem os quais a cultura carece de sustento e não pode consolidar-se” (idem).

O fato alentador é a conversão de algumas dessas premissas em fontes inspiradoras de políticas públicas que reflitam um conjunto de crenças e concepções de mundo orientadas para impulsionar a livre manifestação do pensamento. Os processos comunicacionais não podem depender, unicamente, de vontades particulares ou corporativas. Cabe ao Estado harmonizar demandas resguardando o direito da cidadania à variedade informativa e cultural.

Uma postura decidida pode ser observada nos apoios governamentais às recentes leis de radiodifusão comunitária em Uruguai, Bolívia e Chile e de

responsabilidade social para rádio e televisão na Venezuela e no Equador. “Toda liberdade deve ser regulada. E a liberdade de expressão e o uso dos meios de comunicação, também. (...) Então, estamos aplicando a lei precisamente para defender as liberdades entre elas, a são liberdade de expressão”, justifica Chávez.⁴

A amplitude das iniciativas varia de país para país, mas se divisam intervenções promissoras: editais de fomento e incentivos fiscais aos cinemas nacionais; fortalecimento de rádios e televisões comunitárias; linhas de financiamento a cooperativas culturais alternativas e desoneração tributária de microempresas jornalísticas; redes de interiorização de eventos artísticos, parcerias culturais e oficinas de formação audiovisual. Sem contar a reorganização de sistemas estatais de comunicação,⁵ que, além da função tradicional de publicizar os atos oficiais, servem de linhas auxiliares nas batalhas ideológico-culturais contra o conservadorismo. Os canais Vive TV e Encuentro, dos governos de Venezuela e Argentina, respectivamente, provam ser viável, com estratégias criativas de programação, oferecer conteúdos culturais, educativos, científicos e comunitários que conquistam credibilidade e audiência. As duas emissoras veiculam 40% de produção própria e 60% de filmes, vídeos, programas e documentários independentes.

Realcemos a cooperação audiovisual no âmbito da Alba e do Programa Ibermedia (reúne 17 países latino-americanos, Espanha e Portugal para co-produção e co-distribuição cinematográficas); os intercâmbios entre as agências oficiais de notícias da Argentina (Telam), Venezuela (ABN), Bolívia (ABI) e Brasil (Agência Brasil) e entre televisões estatais de Venezuela (Vive TV, VTV), Chile (TVN), Argentina (Canal 7 e Encuentro), Uruguai (TV Nacional) e Equador (Ecuador TV).

Está se consolidando a Telesur, cadeia multiestatal de televisão criada em 2005 e financiada por Venezuela, Argentina, Uruguai, Bolívia e Cuba, aos quais vieram se juntar, em 2007, Equador e Nicarágua. Transmite via satélite e seu sinal é disponibilizado gratuitamente a emissoras públicas, privadas, educativas e comunitárias. Mais de 80% de sua programação têm conteúdo informativo. Os 20% restantes são preenchidos por filmes e documentários produzidos na região, muitos deles exibidos pela primeira vez, pois não tinham vez nas emissoras comerciais. A orientação editorial é no sentido de pluralizar as interpretações dos acontecimentos, incluindo as vozes de organizações sociais tratadas com preconceito e desconfiança pela mídia, como acontece com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), do Brasil, e os representantes das populosas comunidades de descendentes indígenas de Bolívia, Equador e Venezuela.

RESISTÊNCIAS E SALVAGUARDAS

Não resta dúvida de que, pela primeira vez na América Latina, programas, metas e investimentos na órbita do Estado se voltam, simultaneamente, à reconfiguração gradativa dos cenários da comunicação e da cultura. Muitas vezes envolvem ou aproximam-se de aspirações sintetizadas nas pautas de reivindicações de movimentos sociais e comunitários. E com o traço singular de que são concebidos e materializados fora dos controles midiáticos e dos crivos mercadológicos.

Porém, devemos ter cautela e admitir obstáculos à frente, a começar pela tenaz oposição das oligarquias às medidas antimonopólicas. As dificuldades atravessadas, sobretudo, por Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa demonstram o poder ponderável de elites políticas e corporações. Ainda mais porque contam com a pujante reverberação de suas posições na mídia. Os conglomerados resistirão a se submeter a restrições legais que afetem a autonomia conquistada em décadas de cumplicidade com sucessivos governos. “Não nos enganemos: os meios de comunicação, com as honrosas exceções de sempre, são parte do status quo, se opõem e se oporão a qualquer tentativa de mudança”, salienta Correa.⁶

Isso ficou evidente na operação de guerra desencadeada contra Chávez por não renovar, dentro da lei venezuelana, a licença do canal privado a RCTV, em 27 de maio de 2007. A RCTV apoiou o fracassado golpe de Estado contra Chávez em 2002. A mídia latino-americana exibiu o seu poder fogo em editoriais e noticiários orientados contra a decisão do presidente venezuelano. Para Ignacio Ramonet, foi um caso típico de “mídia do ódio”, que despertou na opinião pública “instintos primários, excitando e promovendo uma violência que poderia ter desembocado em guerra civil”. E aduz: “A que se deve todo esse barulho em seu favor? À solidariedade do poder midiático internacional, que vê na decisão do presidente Chávez uma ameaça contra sua atual dominação ideológica” (Ramonet, 2005).

Os megagrupos temiam (e temem) que o precedente aberto na Venezuela pudesse inspirar outros governos a cancelarem licenças de rádio e televisão ou tornar transparentes os procedimentos de concessão e renovação. A postura de Chávez, exercendo a prerrogativa do poder concedente de dispor das outorgas no vencimento, rompeu com a tradição de submissão de governantes a conveniências empresariais.

O caso Chávez-RCTV é apenas a ponta do *iceberg*, porque são sistemáticas as campanhas midiáticas contra o maior controle público sobre as concessões de rádio e televisão e riscos às ganâncias das grandes empresas. Com efeito, a mídia revidará toda vez que for arranhada sua presunção de refletir a vontade geral. Este hipotético atributo funciona como escudo para não se submeter a freios de contenção. Não somente é uma mistificação, como permite a absorção de tarefas,

funções e papéis desempenhados por instâncias intermediárias e representativas da sociedade (sistema escolar, família, partidos políticos, sindicatos etc.). Em última análise, na ótica da mídia, as demandas têm que ser concebidas e apresentadas somente no interior e através de seus canais. A opinião pública é induzida ao convencimento de que só tem relevância aquilo que se expõe em telas e monitores.

Daí a necessidade de disposições regulatórias que possam reverter o descompasso entre interesse público e domínio privado. Luiz Gonzaga Belluzzo observa que “os titulares do direito à informação e à livre manifestação do pensamento são os cidadãos em geral e não as empresas de comunicação e seus proprietários”. E acrescenta:

“No caso das mídias, dada a peculiaridade da mercadoria colocada à venda, o objetivo natural e legítimo de ganhar dinheiro formou uma unidade inseparável e ameaçadora com o desejo de ampliar a influência e o poder sobre a sociedade e sobre a política. Esses grupos de comunicação colocam em risco a condição de instrumentos legítimos de circulação de informações, do exercício da crítica e de estímulo à controvérsia.”⁷⁷

A luta por uma outra comunicação passa pela reconstrução do espaço público latino-americano, após anos de devastação provocada por desregulações e privatizações em áreas estratégicas. Um espaço público que seja inclusivo, capaz de reunir meios estatais, regionais, educativos, universitários, legislativos e comunitários, usuários e produtores independentes. Um espaço público cujos protagonistas no Estado e na sociedade civil se articulem e mobilizem os instrumentos da democracia contra as apropriações simbólicas pelos valores do capital. Um espaço público no qual as identidades sejam salvaguardadas de maneira permanente. Néstor García Canclini (2002:93-108) sugere quatro pontos de partida: preservação do patrimônio histórico tangível e intangível; incentivo à geração de conteúdos que ampliem as ofertas de entretenimento fora da bitola da mídia; compatibilização da aceleração tecnológica com a expressão multicultural e os anseios dos cidadãos; proteção legal das especificidades de cada país, cidade, comunidade ou região, através da regulação dos fluxos internacionais de programações e imagens.⁸⁸

Cabe ao Estado zelar pelo equilíbrio entre o que deve ser público e o que pode ser privado. Como descentralizar a comunicação sem repensar a radiodifusão atual, aferrada ao lucro e ao consumismo? O governo do Equador respondeu modificando a Lei de Rádio e Televisão, a fim de viabilizar outorgas de canais de televisão comunitária. Da mesma forma, é útil mas insuficiente co-produzir filmes sem mexer na estrutura monopólica que reserva às *major*s a definição dos títulos que

podem ou não ser exibidos nas telas latino-americanas. O governo da Venezuela entendeu isto e elaborou a nova Lei de Cinematografia Nacional, que impõe critérios incisivos, entre os quais regime de cotas para produções nacionais e independentes e controles contábeis e fiscais às distribuidoras e exibidoras.

O fato de determinados governos defenderem a comunicação como direito humano representa uma importante evolução de mentalidade na América Latina – mesmo que os ritmos dos avanços às vezes possam parecer lentos ou sejam dificultados por complexidades de várias naturezas. Pois é impossível imaginar diversidade sem universalizar o acesso à informação, apressar legislações antimonopólicas e garantir espaços, atividades e canais abertos à participação da sociedade. Depende de um Estado regulador, de mecanismos consistentes de formulação e implementação de políticas de emancipação, de formas de defesa e ampliação da cidadania, de modalidades democráticas de gestão e de consulta popular.

As últimas eleições, em quase uma dezena de países, trouxeram a possibilidade alentadora de uma América Latina pós-neoliberal. A maioria dos cidadãos votou por um Estado que se assumia como protagonista dos processos políticos e econômicos, junto ao qual movimentos sociais e comunitários possam manifestar suas energias reivindicantes e autonomias criativas. E, num longo e árduo processo de lutas, fazer germinar ações concretas pela afirmação da justiça social e do pluralismo frente à transnacionalização simbólica.

DÊNIS DE MORAES é pós-doutor em comunicação pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, é professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do CNPq.

NOTAS

* A pesquisa em que se baseia este texto tem o apoio da Fundação Ford.

1 Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, Cepal, dezembro de 2007.

2 Ver Revista da ESPM, vol. 14, ano 13, nº 4, julho-agosto de 2007.

3 Adotamos o seguinte sentido para a palavra progressista: uma linha de pensamento que se comprometa explicitamente com tudo o quanto se possa mudar, transformar e humanizar na sociedade.

4 Hugo Chávez em entrevista a Robin Lustig, BBC Mundo, 23 de outubro de 2005.

5 Por comunicação estatal entende-se aqui aquela que é diretamente financiada, gerida, produzida e difundida por organismos do Estado.

6 Agência EFE, 10 de novembro de 2007.

7 Carta Capital, São Paulo, junho de 2007.

8 Em sintonia com tais preocupações, o documento final do I Congresso Internacional de Comunicação e Socialismo do Século XXI, que reuniu em Caracas, em dezembro de 2006, representantes de veículos institucionais e comunitários da América Latina, reivindicou: a) a democratização da radiodifusão; b) fiscalização das concessões de rádio e televisão; c) regionalização dos meios de comunicação; d) ênfase na integração solidária dos povos através de uma comunicação plural e descentralizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORON, Atilio A. “La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI”, in César A. Rodríguez Garavito, Patrick S. Barrett e Daneil Chávez (orgs.). *La nueva izquierda em América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Buenos Aires: Norma, 2005(a).

_____. (org.). *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005(b).

_____. *Reflexiones sobre el poder, el estado y la revolución*. Córdoba: Espartaco, 2007(a).

_____. “Si en América Latina se hace un reformismo serio, se sientan las bases para un proceso revolucionario” (entrevista a Fernando Arellano Ortiz), *Bolpress*, La Paz, 13 de novembro de 2007(b).

BUSTAMANTE, Enrique (org.). *Comunicación y cultura en la era digital*. Barcelona: Gedisa, 2002.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007. GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *América Latina: mercados, audiências e valores num mundo globalizado*. Conferência na 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro: Multirio, 2004.

_____. *Todos tienen cultura: ¿quiénes pueden desarrollarla?* Conferência no Seminario sobre Cultura y Desarrollo. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

GRIMSON, Alejandro (org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2004.

_____. (org.). *Cultura y neoliberalismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KATZ, Claudio. *Las disyuntivas de la izquierda en América Latina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2008.

MARTÍN BARBERO, Jesús. “Medios y cultura en el espacio latinoamericano”, *Pensar Iberoamérica*, nº 5, 2004, s.p.

MASTRINI, Guillermo e BECERRA, Martín. *Periodistas y magnates: estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2006.

MINNÀ, Gianni. *O continente desaparecido: os ideais de Porto Alegre que estão mudando a América Latina*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MORAES, Dênis de. *Cultura mediática y poder mundial*. Buenos Aires: Norma, 2006.

_____. “Mídia e indústrias culturais na América Latina: concentração e luta pela diversidade”, in Pedro Gilberto Gomes e Valério Cruz Brittos (orgs.). *Comunicação e governabilidade na América Latina*. São Leopoldo: Finep/Alaic/Editora Unisinos, 2008.

_____. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003 (edição em espanhol: *Por otra comunicación*. Barcelona: Icaria/Intermón, 2005).

_____. (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006 (edição em espanhol: *Sociedad mediatizada*. Barcelona: Gedisa, 2007).

MURCIANO, Marcial. “Las políticas de comunicación ante los retos del milenio: pluralismo, diversidad cultural, desarrollo económico y tecnológico y bienestar social”, *Zer - Revista de Estudios de Comunicación*, Bilbao, n° 20, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. “A esquerda precisa, de uma vez, por todas resolver sua questão com a democracia”, *Revista IHU Online*, São Leopoldo, n° 231, agosto de 2007, disponível em <http://www.unisinos.br/ihu>, acessado em 31.01.08.

RAMONET, Ignacio. “A mídia do ódio”, *Carta Maior*, São Paulo, 11 de junho de 2007, disponível em http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14303, acessado em 31.01.08.

RUIZ, Enrique Sánchez. “Industrias culturales, diversidad y pluralismo en América Latina”. *Global Media Journal* (em espanhol), Iteso, México, vol. 4, n° 7, 2007.

SADER, Emir. “As oligarquias contra a democracia”, *Carta Maior*, São Paulo, 26 de novembro de 2007, disponível em <http://www.cartamaior.com.br>, acessado em 31.01.08.

_____. “Esquerda e direita na América Latina”, *Carta Maior*, São Paulo, 15 de janeiro de 2008, disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>, acessado em 31.01.08.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar la teoria crítica y reinventar la emancipación social*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.